

11º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

ESTUDO REALIZADO COM ACADÊMICOS DE UM CURSO DA ÁREA DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PARA AVALIAR O NÍVEL DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REFERENTE AO ABORTO PROVOCADO

Nayla Francine Garcia (apresentadora)¹

Camila Maziero Gil¹

Alice Maria de Souza-Kaneshima²

Tânia Cristina Alexandrino Becker²

Maristela Gabriel³

Edilson Nobuyoshi Kaneshima⁴

Muitos estudos apontam que a realização do aborto traz conseqüências físicas e emocionais negativas para as mulheres. Estes estudos também demonstram que a decisão da mulher em realizar o aborto pode estar influenciada por algumas circunstâncias apresentadas pela sociedade, como por exemplo, o aborto deve ser tratado como uma questão de saúde pública ou o aborto pode ser a solução de conflitos ou interesses sociais. Estas influências podem ser demasiadamente fortes, a ponto de sobrepor o sentimento da mulher de ser mãe. A população em geral é carente de conhecimentos sobre o tema aborto, principalmente de conhecimentos que estejam fundamentados e embasados na literatura científica. Esta carência de conhecimento ocorre desde o significado do termo aborto, até a falta de conhecimento da legislação brasileira, passando pela falta de conhecimento sobre as situações em que o mesmo pode ser praticado e não ter conseqüências legais. Existe também uma falta de conhecimento sobre o prejuízo físico e emocional que o aborto provocado causa na mulher e há muitas dúvidas e polêmicas quanto ao início da vida e ao desenvolvimento fetal. Esta carência de conhecimento, também ocorre na comunidade universitária, inclusive entre os acadêmicos de cursos relacionados com a área da saúde. Diante desta situação, o objetivo deste trabalho foi apresentar palestras educativas fundamentadas na literatura especializada sobre o tema aborto e propiciar discussões. Neste trabalho, 72 acadêmicos de diferentes séries do curso de Farmácia assistiram palestras e responderam um questionário que foi utilizado como um instrumento para avaliar o grau de conhecimento e também a opinião destes acadêmicos sobre o tema aborto provocado. De acordo com as respostas obtidas, verificou-se que independente de ser contra ou a favor da legalização do aborto no Brasil, 100,0% dos entrevistados não tinham clareza quanto à legislação brasileira sobre o aborto. 72,2% dos entrevistados apresentavam dúvidas sobre o assunto e gostariam de obter mais informações sobre o início da vida e do desenvolvimento fetal para poder discutir sobre o tema. 33,0% não tinham conhecimento das sequelas ou complicações físicas e psicológicas que o aborto provocado acarreta na mulher, o restante dos acadêmicos demonstraram ter algum

¹ Acadêmicas do curso de Farmácia, Universidade Estadual de Maringá

² Professoras Doutoras, Departamento de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Estadual de Maringá

³ Técnica de Laboratório, Mestre em Biociências aplicada à Farmácia, Departamento de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Estadual de Maringá

⁴ Professor Doutor, Departamento de Medicina, Universidade Estadual de Maringá

conhecimento. No entanto, constatou-se que este conhecimento era decorrente somente do saber popular ou divulgado pela mídia, sem ter nenhum fundamento científico. Quando foi perguntado a estes acadêmicos sobre qual foi a informação mais relevante que obtiveram com as palestras, 5,6% relataram que até o momento não sabiam praticamente nada sobre anencefalia. 6,9% ficaram surpresos com depoimento de mães que optaram por continuar a gravidez decorrente de violência sexual ou de fetos considerados anencéfalos mesmo que estes sobrevivessem somente por algumas horas ou dias, independente disso, optaram pela vida das crianças. 4,2% relataram ter obtido informações que desconheciam sobre o desenvolvimento fetal. Diante destes resultados, verifica-se a necessidade de maiores esclarecimentos e também da apresentação de palestras educacionais visando ampliar o grau de conhecimento da população acadêmica sobre o tema aborto provocado.

Palavras-chaves: Aborto. Conhecimento da Legislação Brasileira. Conhecimento científico.

Área temática: Saúde.

Coordenador(a) do projeto: Edilson Nobuyoshi Kaneshima. e-mail: enkaneshima@uem.br, Departamento de Medicina, Universidade Estadual de Maringá